



Renato Kim Barbosa, José Oswaldo Molineiro, deputado Cauê Macris, Maria Gabriela Prado Manssur e Paulo Penteadó Teixeira Junior na Assembleia Legislativa

## Na Alesp, APMP defende participação do MP em projeto de taxa judiciária

Substitutivo prevê 20% para Instituição; trabalho da Associação é feito em conjunto com PGJ

**A** fim de defender a aprovação, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), de texto substitutivo apresentado pela deputada e 2ª vice-presidente do Legislativo paulista, Maria Lúcia Amary, ao Projeto de Lei (PL) 305/2018, que versa sobre destinação da taxa

judiciária, a diretoria da APMP esteve reunida com deputados estaduais. Entre eles, o presidente da Alesp, deputado Cauê Macris. O trabalho da entidade de classe é feito em conjunto com a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ). O substitutivo, elaborado por Maria Lúcia Amary a partir

de minuta de autoria do 1º secretário da APMP, Paulo Penteadó Teixeira Junior, prevê 20% da arrecadação com taxa judiciária para o Fundo Especial de Despesa do Ministério Público, sem diminuir a participação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). *Páginas 2 (Editorial) e 7*

**PGJ mantém inquérito de ex-governador na 1ª Instância**

*Página 8*

**Ciclo tem palestras com Alysson Mascaro e Rafael Costa**

*Página 9*

**Comissão propõe aperfeiçoamentos ao projeto do novo CPP**

A diretoria da APMP criou uma comissão especial, composta por 26 promotores e procuradores de Justiça, para propor aperfeiçoamentos ao projeto do novo Código de Processo Penal (CPP). *Páginas 4 e 5*

**Projeto 80 anos grava depoimentos de ex-presidentes**

*Página 10 e 11*

**Sede Administrativa é batizada e Galeria de Fotos reinaugurada**

*Página 12*



**EM DEFESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

A APMP, na sua contínua busca pela valorização da classe, está atuando em conjunto com a Procuradoria-Geral de Justiça junto à Assembleia Legislativa de São Paulo, para aprovação do texto substitutivo apresentado pela deputada estadual Maria Lúcia Amary ao Projeto de Lei 305/2008, que versa sobre a destinação da taxa judiciária. A emenda foi apresentada com base em minuta sugerida pelo nosso 1º secretário, Paulo Penteado Teixeira Junior, e gentilmente recepcionada pela eminente deputada.

Importante registrar que fomos recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Cauê Macris, e sua 1ª vice-presidente, Analice Fernandes, que se mostraram sensíveis às nossas reivindicações.

Destaca-se que o Ministério Público não obteve, até o presente momento, qualquer parcela de participação na destinação da taxa judiciária, justificando-se assim a nossa luta nesse sentido.

O texto original do PL 305/2018, que trata da referida taxa, aumenta para 60% o percentual destinado ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça sem prever percentual algum para o Ministério Público. Já o substitutivo prevê 20% da arrecadação com taxa judiciária para o Fundo Especial de Despesa do Ministério Público, sem diminuir a participação do Tribunal de Justiça. Com a união de esforços entre APMP e PGJ, confiamos no melhor desfecho possível para a classe e a Instituição.

**José Oswaldo Molineiro**  
Presidente da Associação Paulista do Ministério Público



**MP DO CONSUMIDOR** – O presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, recebeu em 21/05 visita das promotoras de Justiça Alessandra Garcia Marques, presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MP-Con), Sandra Lengruber, do Espírito Santo, e Greícia Malheiros, de Santa Catarina, que estavam acompanhadas do procurador de Justiça Edgard Moreira. As promotoras vieram a São Paulo para reunião anual da MPCon, que debateu iniciativas legislativas que suprimem direitos conquistados pelos consumidores.

**APMP LAMENTA MORTE DE OSCAR XAVIER DE FREITAS**

A APMP divulgou Nota de Pesar pelo falecimento do procurador de Justiça aposentado Oscar Xavier de Freitas, aos 94 anos, no dia 14/05. Ex-procurador-geral de Justiça por duas gestões, entre 1971 e 1975, Xavier de Freitas foi um dos fundadores da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e seu primeiro presidente, função que exerceu no mesmo período. Foi, também, tesoureiro da APMP no período de 1957 a 1960.

**OE NOMENCLATURA MAIS 4 CARGOS DE PROMOTOR**

O Órgão Especial do Colégio de Procuradores aprovou, no dia 09/05, a nomenclatura de mais quatro novos cargos de promotor de Justiça. O município de Mauá passará a contar com mais dois promotores de Justiça. Outra nomenclatura foi aprovada para a comarca de Taboão da Serra. Por fim, também foi nomenclaturado, na mesma sessão do Órgão Especial, mais um cargo para a área de execuções da Infância e Juventude.

**CONSELHEIRO DO CSMP FAZ REQUERIMENTO À PGJ**

A possibilidade de promotores de Justiça concorrerem ao cargo de procurador-geral foi abordada na reunião do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) realizada no dia 22/05. Naquela data, o conselheiro Pedro de Jesus Juliotti apresentou e protocolou requerimento à PGJ solicitando a remessa de projeto de lei à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para permitir que promotores possam concorrer à chefia institucional.



**MP desenvolve cartilha sobre crimes cibernéticos**

Procurador Paulo Marco Ferreira Lima idealizou e organizou publicação em parceria com Febraban

Com o objetivo de fornecer informações e dados para a população evitar condutas perigosas que facilitem a ação de criminosos que agem por meio da rede mundial de computadores, o procurador de Justiça Paulo Marco Ferreira



*“O Ministério Público cabe como gestor dos direitos públicos”, diz o procurador Paulo Marco Ferreira de Lima*

Lima, um dos diretores do Departamento de Informática da APMP, idealizou e organizou, em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a cartilha “Engenharia Social”. A publicação é fruto do Seminário de Combate Preventivo e Repressivo aos Crimes Cibernéticos, realizado em junho de 2017.

“O combate à criminalidade cibernética é muito recente. Nós temos no Brasil uma única delegacia de polícia e um único núcleo de crimes específicos cibernéticos em São Paulo, para 44 milhões de habitantes. Isso faz com que aqueles criminosos que já existiam acabassem por se proliferar”, afirma Paulo Marco Ferreira Lima. “A principal importância do Ministério Público

é conscientizar. Há pouco tempo foi feito um convênio com a Microsoft para a qualificação tanto de promotores como de juizes, e da população em geral”, acrescenta.

Por isso, de acordo com o procurador de Justiça, os dados apresentados na cartilha servem tanto para residências particulares quanto para empresas. É necessário precaver-se quanto a mensagens de pessoas desconhecidas, bem como acerca de grandes propostas e de tudo o que parecer estranho, em sites acessados ou no e-mail. Paulo Marco Ferreira Lima alerta: “Duvide sempre de pessoas que você não conhece, de ‘grandes prêmios’ prometidos, de propostas vantajosas. Ou seja, tudo o que soar estranho não abra, não clique,

não mexa. Delete (apague) sem ler. Se fosse algo real, existem outros meios para te contatarem”.

O procurador de Justiça lembra, porém, que as penas para os crimes cibernéticos típicos são poucas e brandas, “incapazes de trazer uma consequên-

cia jurídica séria”. “Há muitos projetos com a iniciativa de aumento de pena. Porque a impunidade é a ‘mãe’ dos grandes delitos”, observa Paulo Marco Ferreira Lima. Por isso, como a legislação ainda não é a ideal, o melhor procedimento é mesmo a prevenção. Porque, segundo o procurador de Justiça, é possível até cometer homicídio por meio virtual. Por exemplo: com o acesso aos dados privativos de um hospital que possibilite mudança na relação dos medicamentos de determinado paciente.

“O Ministério Público cabe como gestor dos direitos públicos. E tem o papel de educar a população, como buscamos por meio da cartilha que desenvolvemos”, conclui o procurador.

*Foto: Sharydy Rodrigues/APMP*

<p><b>80 APMP EM AÇÃO</b></p> <p>Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público Ano V, Nº 60, Junho de 2018</p> <p>Produção: Departamento de Publicações / Assessoria de Imprensa Jornalista responsável e editor: Marcos Palhares (MTb: CE 01144 JP) Pauta, supervisão e aprovação: Diretoria da APMP Diretores do Departamento de Publicações: Aluísio Antonio Maciel Neto, José Carlos de Oliveira Sampaio, José Fernando Cecchi Junior e Rolando Maria da Luz Assessoria de Imprensa, reportagem e textos: Dora Estevam, Marcos Palhares e Paula Dutra</p>	<p>Revisão: Marcela Vaz Diagramação: Marcelo Soares Apoio: Departamentos de Audiovisual e de Informática</p> <p><b>APMP – GESTÃO 2017/2018</b></p> <p>Presidente: José Oswaldo Molineiro 1º Vice-presidente: Francisco Antônio Gnipper Cirillo 2º Vice-presidente: Gabriel Bittencourt Perez 1º Secretário: Paulo Penteado Teixeira Junior 2º Secretário: Tiago de Toledo Rodrigues 1º Tesoureiro: Renato Kim Barbosa 2º Tesoureira: Fabíola Moran Faloppa</p>	<p>Diretora de Aposentados: Cyrdemia da Gama Botto Diretor de Patrimônio: André Pascoal da Silva Diretora de Relações Públicas: Paula Castanheira Lamenza Diretor de Prerrogativas: Salmo Mohmari dos Santos Junior Conselho Fiscal: Antonio Bandeira Neto, Eilson David Komono e Pedro Eduardo de Camargo Elias (titulares); Daniel Leme de Arruda, Fabiana Dal Mas Rocha Paes e Paulo Juricic (suplentes).</p> <p>Associação Paulista do Ministério Público Rua Riachuelo, nº 115, 11º andar - Centro São Paulo (SP) - CEP 01007-904 Telefone: (11) 3188-6464 www.apmp.com.br</p>
--	--	---

**PARTICIPE DA COMEMORAÇÃO DOS 80 ANOS DA APMP!**

Dê sua contribuição por meio de entrevistas, relatos, notícias, artigos etc., para demonstrar o protagonismo da nossa Instituição frente à defesa da sociedade.

Entre em contato com nossa Assessoria de Imprensa: telefones (11) 3188-6537/ 6538/ 6535 ou pelos e-mails ana.soares@apmp.com.br, dora.estevam@apmp.com.br ou marcos.palhares@apmp.com.br

# Comissão criada pela APMP propõe aperfeiçoamentos ao novo CPP

Grupo de 26 promotores e procuradores de Justiça, entre dirigentes e associados à entidade de classe, apresentou trabalhos e traçou estratégia de atuação

A diretoria da APMP criou uma Comissão Especial para propor aperfeiçoamentos ao projeto do novo Código de Processo Penal (CPP), que tramita na Câmara dos Deputados. No dia 03/05, quinta-feira, foi realizada a primeira reunião do grupo, composto inicialmente por 26 promotores e procuradores de Justiça, entre dirigentes e associados à entidade de classe. Na ocasião, foi definida a divisão por assuntos específicos, o cronograma de atividades e detalhes sobre a colaboração entre os componentes. Já no segundo encontro, em 18/05, foram apresentados e analisados seus trabalhos e traçadas estratégias para as próximas etapas. A iniciativa da APMP foi comunicada em reunião da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), que possui comissão com objetivo convergente (leia notícia abaixo).

“Gostaria de agradecer a participação de todos. Quem agrade-

ce, aliás, é o Ministério Público brasileiro”, afirmou, na reunião inaugural da comissão que elabora propostas de aperfeiçoamentos ao projeto do novo CPP, o presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro – que é, também, o diretor da Regional Sudeste da Conamp. Por sua vez, Paulo Pentead

o Teixeira Junior, 1º secretário da Associação e assessor Jurídico e Legislativo da Conamp, contextualizou o trâmite do proje-

to do novo CPP no Congresso Nacional e a premência de elaboração de propostas por parte do Ministé-



Na Sede Executiva da APMP, a Comissão Especial que propõe aperfeiçoamentos ao projeto do novo Código de Processo Penal reúne-se para traçar estratégias para as próximas etapas

## Conamp debate projetos de lei e alterações legislativas



Paulo Penteado (à direita) durante reunião da entidade nacional

No dia 16/05, o 1º secretário da APMP, Paulo Pentead

o Teixeira Junior, participou de reunião da Conamp realizada na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em

Brasília (DF). Entre os assuntos abordados, os representantes de associações de todo o país discutiram projetos de lei e alterações legislativas de interesse do MP, a exemplo o PLS 140/18, que discorre quanto ao acordo de leniência, o extrateto, o auxílio-moradia, a Reforma da Previdência e o novo

projeto do novo CPP. O 1º secretário da APMP, por determinação do presidente, José Oswaldo Molineiro, colocou os trabalhos do citado grupo à disposição da Conamp, em apoio à comissão com o mesmo propósito criada anteriormente pela entidade nacional.

Ainda no encontro, foi aprovada outra propositura de São Paulo, um voto de pesar da entidade nacional ao procurador de Justiça aposentado, primeiro presidente da Conamp, ex-diretor da APMP e ex-procurador-geral de Justiça de São Paulo Oscar Xavier de Freitas, falecido em 14/05. A entidade paulista também divulgou Nota de Pesar (leia sobre isso na página 2).

reira Costa, Renato Kim Barbosa e Roberto Livianu.

A proposta em análise no Congresso Nacional reúne mais de 252 projetos sobre o tema e surgiu de uma comissão formada por juristas e senadores. O texto atualiza o CPP atual (Decreto-Lei 3.689/41), que é de 1941, e já foi aprovado no Senado.

Um dos pontos de maior preocupação é o dispositivo incluído pelo relator que restringe a investigação criminal realizada pelo Ministério Público, que apenas poderia investigar em caso de risco de ineficácia da elucidação dos fatos pela polícia, em razão de abuso do poder econômico ou político. Para a diretoria da APMP, alguns artigos, na prática, dificultariam o combate à corrupção. A possibilidade de arquivamento do inquérito policial no prazo de dois anos, mesmo não tendo sido concluído, a criação de uma espécie híbrida de juiz de garan-

tia e de instrução, e a timidez do projeto em regulamentar o julgamento antecipado de mérito e a aplicação imediata da pena são outros exemplos de questões que devem ser apreciadas com maior profundidade e amplo debate democrático.

**MOBILIZAÇÃO NO CONGRESSO** – Com o objetivo de sensibilizar os parlamentares sobre os possíveis retrocessos presentes no projeto do novo Código de Processo Penal, a diretoria da APMP tem participado de intensa mobilização no Congresso Nacional. Entre os diversos deputados federais visitados recentemente pelos dirigentes da entidade de classe paulista para tratar do assunto estavam Antonio Goulart (PSD/SP), Carlos Sampaio (PSDB/SP), Edson Moreira (PR/MG), João Campos (PRB/GO), Keiko Ota (PSB/SP) e Major Olímpio (PSL/SP), todos membros da Comissão Especial formada para discutir o tema. O deputado João Campos, aliás, foi o relator do projeto na referida comissão.

rio Público. “Após a apresentação do relatório, que pode ocorrer em breve, haverá cinco sessões da Câmara dos Deputados para a apresentação de sugestões”, salientou o diretor da entidade de classe paulista.

Além do presidente e do 1º secretário da APMP, compõem a comissão que analisa o projeto do novo CPP os procuradores de Justiça Carlos Frederico Coelho Nogueira, Felipe Locke Cavalcanti, Gilberto Nonaka, Pedro de Jesus Juliotti, Pedro Henrique Demercian e Sérgio Neves Coelho; e os promotores de Justiça Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Aluísio Antônio Maciel Neto, Celeste Leite dos Santos, César Dario Mariano da Silva, Deborah Kelly Affonso, Fabiola Moran Faloppa, João Carlos Calsavara, João Claudio Couceiro, José Reinaldo Guimarães Carneiro, Levy Emanuel Magno, Lucia Nunes Bromerchenkel, Marcelo Batlouni Mendroni, Nathan Glina, Paula Castanheira Lamenza, Paulo César Corrêa Borges, Pedro Eduardo de Camargo Elias, Rafael de Oli-



**ELOGIO NO CSMP** – durante reunião do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) realizada no dia 08/05, elogio foi feito à APMP pelo conselheiro Pedro de Jesus Juliotti, pela criação da comissão que propõe aperfeiçoamentos ao projeto do novo Código de Processo Penal (CPP). “Inclusive faço parte da comissão. É um grupo bastante rico, que vai discutir formas de aperfeiçoamento para o projeto apresentado e que hoje está sendo discutido em uma comissão especial. A ideia é que apresentemos emendas para a modificação desse projeto. Se algum conselheiro desejar colaborar, pode enviar sugestões”, disse Pedro Juliotti.

# APMP participa de mobilização em defesa dos direitos dos associados e da instituição

Diretoria compareceu a encontro com presidente da Comissão Especial que analisa o PL do Extrateto

A diretoria da APMP, representada por seu 1º secretário, Paulo Penteadado Teixeira Junior, esteve na capital federal participando de mobilização em defesa dos direitos dos associados e do Ministério Público. Em debate, projetos de interesse da classe e da instituição que tramitam atualmente no Congresso Nacional.

No dia 16/05, Paulo Penteadado, que é também assessor Jurídico e Legislativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), e Elísio Teixeira Lima, secretário-geral da entidade nacional, participaram de reunião entre o presidente da Comissão Especial criada para proferir parecer sobre o Projeto de Lei (PL 6726/16) do Extrateto, deputado federal Benito Gama (PTB/BA), e representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Os presentes reiteraram ao parlamentar as preocupações com a preservação dos direitos e prerrogativas de juizes e membros do Ministério Público previstos na Constituição e nas



Em Brasília: deputado federal Benito Gama em reunião que contou com a presença de Paulo Penteadado

Leis Orgânicas. O deputado se comprometeu a analisar com atenção as questões discutidas. A proposta aguardava parecer do relator na referida comissão, deputado federal Rubens Bueno (PPS/PR), e sua votação por seus membros para seguir ao Plenário. **FORÇA-TAREFA** – Em 15/05, o 1º secretário da APMP participou, em Brasília, de encontro com integrantes da Frentas a fim de traçar estratégias de ação conjuntas para as matérias de

interesse das carreiras jurídicas. Estiveram presentes diretores e presidentes da Associação de Juizes Federais (Ajufe), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e da Conamp. A ideia é continuar com a força-tarefa na capital federal com o objetivo da garantia dos direitos da classe e da instituição.

Foto: Divulgação



**DOAÇÃO DE LIVROS (1)** – O promotor de Justiça aposentado Paulo Affonso Leme Machado visitou em 16/05 a diretoria da APMP, sendo recepcionado pelo presidente, José Oswaldo Molineiro, e pelo 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa, na Sede Executiva da entidade de classe. Na ocasião, Paulo Affonso Leme Machado, que é referência em Direito Ambiental, foi convidado para conceder entrevista, conforme a programação de eventos que celebram os 80 anos da APMP. O promotor de Justiça aposentado presenteou a APMP com exemplares de alguns dos livros de sua autoria.

Foto: Shoydy Rodrigues/APMP



**DOAÇÃO DE LIVROS (2)** – Em 24/05, o promotor de Justiça aposentado Arthur Migliari Júnior presenteou a APMP com os três volumes de sua obra “Curso de Direito Empresarial”. O presidente José Oswaldo Molineiro e o 1º vice-presidente Francisco Antônio Gnipper Cirillo receberam o associado na Sede Executiva. Os volumes tratam do conceito de Direito Empresarial e Empresário, a Propriedade Intelectual ou Imaterial e as Sociedades Empresarias; dos Contratos Mercantis e Direito Comercial Internacional; e dos inúmeros Títulos de Crédito no direito brasileiro.

Foto: Paula Dutra/APMP

# APMP vai à Alesp defender participação do Ministério Público na taxa judiciária

Dirigentes estiveram com presidente da Casa, Cauê Macris; trabalho é feito em conjunto com PGJ

A fim de defender a aprovação, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), de texto substitutivo apresentado pela deputada e 2ª vice-presidente do Legislativo paulista, Maria Lúcia Amary (PSDB), ao Projeto de Lei (PL) 305/2018, que versa sobre destinação da taxa judiciária, a diretoria da APMP esteve reunida com deputados estaduais no dia 23/05. O presidente da Associação, José Oswaldo Molineiro, o 1º secretário, Paulo Penteadado Teixeira Junior, o 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa, e uma das diretoras do Departamento APMP Mulher, Maria Gabriela Prado Manssur, apresentaram o substitutivo, elaborado pela deputada a partir de minuta de autoria de Paulo Penteadado, ao presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), e a sua 1ª vice, Analice Fernandes (PSDB), além de outros parlamentares de partidos distintos.

A preocupação da APMP, que vem trabalhando nesse sentido conjuntamente com o procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio, é que o texto original do PL 305/2018 aumenta para 60% o percentual destinado ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça sem prever percentual algum para o Ministério Público. Já o substitutivo prevê 20% da arrecadação com taxa judiciária para o Fundo Especial de Despesa do Ministério Público, sem diminuir a participação do Tribunal de Justiça. O objetivo da APMP, agora, é a união de esforços com a Procuradoria-Geral de Justiça para conseguir, com agilidade, o convencimento dos parlamentares paulistas, demonstrando-lhes a importância da participação do MP na divisão do montante da taxa judiciária (leia nota ao lado).

**HISTÓRICO** – Em junho de 2015, a Alesp aprovou o PL 112/2013, que garantia a participação do Ministério Público em 5% do montante ar-

recadado pela taxa judiciária. Dias depois, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) vetou parcialmente o projeto, sob o fundamento de vício formal (iniciativa), mas, em suas razões, reconheceu expressamente a necessidade de haver uma destinação ao Ministério Público. A lei sancionada (15.855/15) barrou a participação do Ministério Público na taxa judiciária, mantendo apenas sua participação nos emolu-

mentos (“taxa” extrajudiciária). Na época, o Tribunal de Justiça, que não

sofreu decréscimo de receita da taxa judiciária, obteve aumento na participação dos emolumentos.



A deputada Maria Lúcia Amary, que apresentou a emenda, com o 1º tesoureiro da APMP, Renato Kim Barbosa, e o presidente da entidade, José Oswaldo Molineiro



Analice Fernandes (centro), 1ª vice-presidente da Alesp, com Renato Kim Barbosa, José Oswaldo Molineiro, Maria Gabriela Prado Manssur e Paulo Penteadado



Foto: Divulgação

**REUNIÃO COM PGJ** – A diretoria da APMP, representada pelo seu presidente, José Oswaldo Molineiro, seu 1º secretário, Paulo Penteadado Teixeira Junior, e seu 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa, reuniu-se em 18/05 com o procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio, a fim de traçar estratégias conjuntas para a aprovação, na Alesp, do texto substitutivo apresentado pela deputada Maria Lúcia Amary ao Projeto de Lei (PL) 305/2018.

Fotos: Lucas Amaral/APMP

# Procurador-geral de Justiça decide manter inquérito de ex-governador na 1ª Instância

APMP atuou em favor do promotor natural e editou Nota em defesa das prerrogativas funcionais

O procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio, anunciou durante a reunião do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) de 15/05 que o inquérito civil instaurado para apurar suspeitas de improbidade administrativa do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) permanecerá na Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da capital, sob responsabilidade de seu promotor natural, Ricardo Manuel Castro.

O conselheiro Pedro de Jesus Juliotti manifestou-se da seguinte forma: “Eu era conselheiro aqui do CSMP na gestão 2014/2015, e, naquela época, houve um caso semelhante em que o PGJ assumiu a titularidade do caso, investigou e arquivou ao final. Na época, eu e o então conselheiro José Oswaldo Molineiro [atual presidente da APMP] votamos contra esse entendimento de que um inquérito de ex-governador deveria ser atribuição da procuradoria-geral. Só houve nesse caso dois votos contrários, meu e do Molineiro”.



PGJ Gianpaolo Smanio, corregedor Paulo Afonso Garrido de Paula e conselheiros em reunião do CSMP

No dia 10/05, a diretoria da APMP reuniu-se com o promotor de Justiça Ricardo Manuel Castro e divulgou uma nota pública em seu favor, na defesa das prerrogativas funcionais do Ministério Público. Na ocasião, a entidade de classe colocou-se à disposição para a consecução das medidas cabíveis, com o cotejo entre a vontade do promo-

tor natural e a defesa das prerrogativas institucionais, asseverando que: “esta entidade de classe tem o firme entendimento de que incumbe aos órgãos de primeiro grau (Promotores de Justiça) a investigação e a propositura de ação, na seara da improbidade administrativa, em face de ex-Governadores de Estado e de Secretários de Estado”.

Foto: Shraydy Rodrigues/APMP



**SECRETÁRIO DA JUSTIÇA** – O presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, o 1º secretário, Paulo Penteadado Teixeira Junior, e o 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa, reuniram-se em 11/05 com o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado, Márcio Fernando Elias Rosa, para debater assuntos de interesse das carreiras jurídicas. Participaram também os presidentes da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Fernando Figueiredo Bartolletti; da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeps), Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo; da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), Leonardo Scofano; e do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp), Alfredo Maranca.



**EVENTO NO TJM-SP** – O presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, participou em 16/05 do evento “Somos Todos Justiça”, realizado pela Escola Judiciária Militar de São Paulo na sede do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJM-SP). O dirigente falou sobre “As prerrogativas do Ministério Público”. Os outros expositores foram Marcos da Costa, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB-SP), e José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp). A mediação foi feita por Clovis Santinon, diretor da Escola Judiciária Militar. A diretoria da APMP também foi representada, na ocasião, pelo 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa.

Foto: Lucas Amaral/APMP



Palestra de Alysson Mascaro realizada na Sede Social da APMP (à esquerda) e exposição feita por Rafael Costa na Assembleia Legislativa de São Paulo (à direita)



# Ciclo de palestras tem prosseguimento com Alysson Mascaro e Rafael de Oliveira Costa

Exposições tiveram como tema ‘MP e Legalidade Democrática’ e ‘Novos Desafios da Legisprudência’

O ciclo de Palestras que integra o projeto “APMP 80 anos” teve prosseguimento no mês de maio com exposições do jurista Alysson Leandro Mascaro e do promotor de Justiça Rafael de Oliveira Costa. A série teve início, em abril, com palestra sobre “Improbidade Administrativa – Aportes Teóricos e Práticos na Investigação e no Processo”, proferida pelo promotor de Justiça César Dario Mariano da Silva. A programação do primeiro semestre será encerrada em 18/06 com exposição do jurista Fredie Souza Didier Júnior. No dia 09/05, a segunda palestra do

ciclo ficou a cargo do jurista Alysson Leandro Mascaro, livre-docente em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), que falou a dezenas de presentes sobre “Ministério Público e Legalidade Democrática” no auditório “Francimar Lamenza” da Sede Social da APMP, no Largo São Francisco. A diretoria da APMP foi representada, na ocasião, pelo seu presidente, José Oswaldo Molineiro, pelo 1º vice-presidente, Francisco Antônio Gnipper Cirillo, pelo 2º vice-presidente, Gabriel Bittencourt Perez, pelo 1º tesoureiro, Renato Kim Barbosa, e pelo 2º secretário, Tiago de Toledo Rodrigues.

Já em 18/05, no auditório “Teotônio Vilella” da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o promotor de Justiça Rafael de Oliveira Costa proferiu a palestra “Novos Desafios da Legisprudência”. O evento reuniu dezenas de pessoas e foi transmitido ao vivo pelo canal web da Alesp. O 1º tesoureiro da APMP, Renato Kim Barbosa, representou a entidade de classe no evento. Essa foi a primeira palestra da parceria entre APMP e Instituto do Legislativo Paulista, cujo presidente, Vinicius Schurgelies, participou do encontro e enalteceu o trabalho conjunto.



**HOMENAGEM** – O promotor de Justiça Marcelo Creste recebeu, em 18/05, o título de Cidadão de Tupi Paulista (SP), em solenidade realizada no Salão do Júri do Fórum local. A homenagem foi feita em reconhecimento pelos 14 anos de dedicação ao Ministério Público naquela comarca. O decreto que concedeu o título, de autoria do presidente da Câmara Municipal, vereador Laércio Leandro da Silva (PDT), foi aprovado por unanimidade (na foto, o promotor de Justiça aparece com sua esposa, Cristiane, e com o parlamentar autor da homenagem).

Foto: Divulgação/Câmara de Tupi Paulista



**GRUPO DE ESTUDOS** – O Grupo de Estudos “Mário de Moura e Albuquerque” promoveu em 19/05, na Sede Regional da APMP de Bauru (SP), a palestra “Recursos Extraordinários e Especiais”, proferida pelo procurador de Justiça Perseu Gentil Negrão. O evento contou com a presença do coordenador do Grupo de Estudos de Bauru, Hércules Sormani Neto, e da coordenadora geral dos Grupos de Estudos, Celeste Leite dos Santos (que é uma das diretoras da APMP Mulher e do Departamento de Convênios e Eventos da entidade de classe).

Foto: Lucas Amaral/APMP

# Projeto '80 anos' grava depoimentos com ex-presidentes da Associação

Cláudio Ferraz de Alvarenga (ex-PGJ), João Lopes Guimarães e Luiz Antônio Fleury Filho concederam entrevistas, bem como o ex-PGJ José Geraldo Brito Filomeno

Como parte do projeto "APMP 80 anos", a entidade de classe gravou depoimentos em vídeo com três de seus ex-presidentes, Cláudio Ferraz de Alvarenga (também ex-procurador-geral de Justiça), João Lopes Guimarães e Luiz Antônio Fleury Filho, e também com o ex-procurador-geral de Justiça José Geraldo Brito Filomeno. Em breve, todas as entrevistas serão disponibilizadas na íntegra nos diversos meios de comunicação da Associação. E a Assessoria de Imprensa, em conjunto com o Departamento de Audiovisual, prosseguirá gravando mais entrevistas ao longo deste ano.

Com o objetivo de valorizar os membros do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e seu trabalho em benefício da sociedade, o projeto "APMP 80 anos" prevê várias outras atividades. Entre elas, a recuperação histórica dos 80 anos de história e luta da entidade de classe em boletins impressos extraordinários (ver notícia abaixo), o debate de temas relevantes em um Ciclo de Palestras (ver página 9) e o incentivo à produção intelectual e

artística dos membros do MP com um Concurso Cultural, além de um grande evento festivo em novembro, mês do aniversário da entidade de classe (ver página 12).

O primeiro depoimento gravado em vídeo foi o do procurador de Justiça aposentado João Lopes Guimarães, o mais antigo ex-presidente vivo da APMP. Na ocasião, entregou à diretoria da entidade de classe material de seu acervo particular como contribuição ao projeto "80 anos". João Lopes Guimarães presidiu a APMP no biênio 1975/1976 mas, antes, já havia sido 2º vice-presidente em duas gestões (1965/1966 e 1973/1974). Foi, também, um dos pioneiros na funda-



Presidente Molineiro com o procurador aposentado João Lopes Guimarães



Procurador de Justiça aposentado e ex-PGJ José Geraldo Brito Filomeno

ção da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 1971, entidade da qual foi o 2º vice-presidente no biênio 1977-1979.



Procurador de Justiça aposentado e ex-PGJ Cláudio Ferraz de Alvarenga



Procurador de Justiça aposentado e ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho

Outro entrevistado foi o procurador de Justiça aposentado Cláudio Ferraz de Alvarenga, que foi, na APMP, presidente no biênio 1981-1982 e 2º

O projeto "APMP 80 anos" também gravou depoimento em vídeo do procurador de Justiça aposentado Luiz Antônio Fleury Filho, ex-governador

secretário entre 1973 e 1974. Na história, é um dos quatro presidentes da Associação que chegaram ao posto de procurador-geral de Justiça (por duas vezes, entre 1987 e 1989), ao lado de José Augusto César Salgado, Mário de Moura Tobias e Albuquerque e Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo. Alvarenga foi, ainda, secretário de Governo do Estado (1990-1993) e membro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), que presidiu por três vezes (em 2001, 2005 e 2011) e do qual é conselheiro emérito.

do Estado de São Paulo (1991-1994), ex-secretário da Segurança Pública do Estado (1987-1990) e ex-deputado federal (por dois mandatos consecutivos, entre 1999 e 2007). Sua trajetória política teve início exatamente na APMP, como 1º vice-presidente no biênio 1981-1982. Depois, Luiz Antônio Fleury Filho foi eleito duas vezes para presidir a entidade de classe paulista (entre 1983 e 1986), sendo escolhido para presidir a Conamp no mesmo período.

A APMP entrevistou ainda o procurador de Justiça aposentado José Geraldo Brito Filomeno, um dos assessores especiais da Presidência da entidade de classe e ex-procurador-geral de Justiça (no biênio 2000-2002). O depoimento destacou as atividades dos Grupos de Estudos do MPSP, dos quais José Geraldo Brito Filomeno foi o coordenador-geral no ano de 1980 e para os quais a Associação, por previsão estatutária, fornece apoio e infraestrutura material e humana, viabilizando suas reuniões e eventos, incluindo, anualmente a organização e realização do Seminário Jurídico dos GEs (que, em 2018, chegará à sua 46ª edição).

## Conselho Superior aprova elogio ao primeiro boletim histórico da APMP



Conselheiro José Roberto Rochel de Oliveira

Em reunião realizada no dia 08/05, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) aprovou um elogio à primeira edição do boletim "APMP Histórica – O valor do Promotor de Justiça", que integra o projeto "80 anos" da entidade de classe. A iniciativa do elogio foi do conselheiro José Roberto Rochel de Oliveira, que afirmou na ocasião: "Cumprimento a Associação Paulista do Ministério Público pela publicação da 'APMP Histórica' e pelos seus 80 anos. Na pessoa do presidente José Oswaldo Molineiro, gostaria de externar esses cumprimentos e agradecimentos, porque o boletim informativo é de excelente qualidade, dando destaque às

personalidades históricas que compuseram e compõem a nossa Associação, que é uma entidade de classe muito importante no apoio aos colegas do MP".

Os demais integrantes do CSMP, incluindo seu presidente, o procurador-geral de Justiça Gianpaolo Poggio Smanio, e o corregedor-geral do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Paulo Afonso Garrido de Paula, aderiram ao elogio, que foi aprovado por unanimidade. O boletim impresso extraordinário "APMP Histórica – O valor do Promotor de Justiça" recupera a trajetória de história e luta da Associação e destaca a atuação do Ministério Público e de seus membros. Outras

quatro edições serão publicadas e enviadas bimestralmente até novembro, mês em que a APMP completa 80 anos.

A primeira edição, que foi publicada e enviada aos associados no mês de março e que mereceu elogio aprovado pelo CSMP, destacou o pioneirismo da APMP como primeira associação do Ministério Público do país; a consolidação do MP como instituição na época da fundação da entidade de classe paulista; a trajetória de seu primeiro presidente, José Augusto César Salgado (1894-1979), o "Promotor das Américas"; o papel da entidade paulista na fundação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

(Conamp); e as cinco gestões de Washington Epaminondas Medeiros Barra (1946-2015) como presidente da APMP.

No mês de maio foi publicado e enviado aos associados o nº 2 de "APMP Histórica – O valor do Promotor de Justiça", que destaca os líderes e figuras protagonistas que integraram a diretoria da APMP e que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à Procuradoria-Geral de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Governo do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), entre outros postos de relevância no país.



Capa da 1ª edição do boletim, elogiada no CSMP



Fernando de Oliveira Lopes Silva e Henrique Lopes da Silva descerram placa em homenagem à tia-avó (foto à esquerda); João Antonio Bastos Garreta Prats, ex-presidente da APMP, e Cyrdêmia da Gama Botto, diretora do Departamento de Aposentados, reinauguram Galeria de Fotos na Sede Executiva (à direita)

## Sede Administrativa da APMP é batizada com nome de Zuleika Sucupira Kenworthy

Galeria de Retratos de Presidentes da Associação é reinaugurada com coquetel na Sede Executiva

Como parte do projeto “APMP 80 anos”, foi realizada em 23/05 solenidade de descerramento da placa em homenagem à primeira promotora de Justiça de São Paulo, do Brasil e da América Latina, Zuleika Sucupira Kenworthy, falecida em 2017, aos 105 anos, que agora batiza com seu nome a Sede Administrativa da entidade de classe. Presentes, dois sobrinhos-netos da homenageada, Fernando de Oliveira Lopes Silva e Henrique Lopes da Silva, agradeceram a iniciativa da diretoria da APMP, que foi representada, na ocasião, pelo 1º vice-presidente, Francisco Gnipper Cirillo, pela diretora do Departamento de Aposentados, Cyr-

dêmia da Gama Botto, e pela diretora dos Departamentos de Relações Públicas, de Convênios e Eventos e do Cerimonial, Paula Castanheira Lamenza. Zuleika Sucupira Kenworthy atuou no Ministério Público de São Paulo durante 32 anos, com atuação marcante principalmente na Curadoria de Menores. **GALERIA DE RETRATOS** – Outro evento integrante do projeto “APMP 80 anos” também ocorreu em 23/05, a reinauguração da Galeria de Retratos dos Presidentes da Associação. Prestigiaram a solenidade dois ex-presidentes da APMP: os procuradores de Justiça João Antônio Bastos Garreta Prats, que dirigiu a entidade de classe de 2004 a 2006, e

Walter Paulo Sabella, que presidiu a APMP de 1993 a 1994 e integra, atualmente, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). Compareceram os diretores da APMP Francisco Gnipper Cirillo, Cyrdêmia da Gama Botto e Paula Castanheira Lamenza, o procurador de Justiça aposentado Sérgio de Oliveira Médiçi, os procuradores de Justiça Olheno Ricardo de Souza Scucuglia, secretário do Conselho Superior, Pedro de Jesus Juliotti, conselheiro do CSMP e coordenador da Assessoria Especial da Presidência da APMP, e Tiago Cintra Zarif, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva (CAO Cível).



**92º CONCURSO** – A banca examinadora do 92º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) divulgou, em 16/05, o nome dos 67 aprovados. O certame teve 13.166 inscritos. A banca examinadora foi composta pelos procuradores de Justiça Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira, Felipe Locke Cavalcanti, Mario de Magalhães Papaterra Limongi e Motauri Ciocchetti de Souza, e pela advogada Raquel Elita Alves Preto, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A APMP ofereceu coquetel na Sede Executiva.



**REVISTA JUSTITIA** – O procurador de Justiça aposentado Sérgio de Oliveira Médiçi, diretor da *Revista Justitia*, lançou oficialmente as duas últimas edições impressas da publicação em evento realizado no dia 23/05 na Sede Executiva da APMP. A partir de agora, a publicação passará a ser editada apenas em formato eletrônico. A publicação foi criada em 1939, poucos meses depois da fundação da entidade de classe. “A Revista Justitia, que completará 80 anos em 2019, sai do papel para cumprir sua missão no meio virtual”, discursou, na ocasião, Sérgio Médiçi.